



CONTROLE ARMADO E VIOLÊNCIA COMO ELEMENTOS REGULADORES DOS CONFLITOS URBANOS

Mariana dos Santos Nesimi¹

RESUMO

Intenta-se, neste trabalho, discutir o processo de militarização do espaço urbano em curso. Tendo como recorte espacial o Rio de Janeiro e temporal os anos de 2017 e 2021, pretende-se mostrar como um modelo que consiste na seleção populacional e na utilização direta da violência e da coerção torna-se cada vez mais presente nas cidades, vitimando, sobretudo, uma parcela específica da população. A recorrência da utilização desse modelo pode ser evidenciada, por sua vez, através da utilização das Forças Armadas, que, extrapolando suas funções habituais referentes ao controle de fronteiras, passam a integrar o dia a dia urbano através de atividades de policiamento e patrulhamento. Acredita-se, como uma segunda hipótese, que esse cenário cada vez mais incisivo e violento estabelece uma relação direta com a tentativa de construir uma imagem de cidade que seja aprazível, segura, voltada para a atração de investimentos e para o fluxo de turistas. Junto a isso, serão analisados dados disponíveis em plataformas como o Instituto de Segurança Pública (ISP) e o Fogo Cruzado, que fornecem meios de ampliar as análises relativas ao processo de militarização, demonstrando sua aplicação habitual na urbe.

Palavras-chave: Militarização do espaço urbano, Violência, Controle, Cidade empresarial.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es debatir el actual proceso de militarización del espacio urbano. Tomando Río de Janeiro como corte espacial y temporal para los años 2017 y 2021, se pretende mostrar cómo un modelo que consiste en la selección de la población y el uso directo de la violencia y la coerción se hace cada vez más presente en las ciudades, victimizando, sobre todo, a una porción específica de la población. El uso recurrente de este modelo puede evidenciarse a través del uso de las Fuerzas Armadas, que, trascendiendo sus funciones habituales de control fronterizo, pasan a formar parte de la vida cotidiana de las ciudades a través de actividades policiales y de vigilancia. La segunda hipótesis es que este escenario

¹ Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, mariananesimi@outlook.com.



cada vez más incisivo y violento está directamente relacionado con el intento de construir una imagen de ciudad agradable y segura que atraiga inversiones y turistas. Junto a esto, se analizarán los datos disponibles en plataformas como el Instituto de Seguridad Pública (ISP) y Fogo Cruzado, que proporcionan elementos para ampliar el análisis sobre el proceso de militarización, demostrando su aplicación habitual en la ciudad.

Palabras clave: Processo de militarización, Violencia, Control, Ciudad de negócios.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo principal discorrer sobre o processo de militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, analisando os anos entre 2017 e 2021. Entendendo esse processo como uma política de controle que se consolida por intermédio do uso da violência e da coerção direta, acredita-se que ele se torna um elemento regulador importante do cotidiano, uma vez que impacta no território e na rotina dos cidadãos. Torna-se fundamental destacar o fato de se tratar de um processo que se torna cada vez mais evidente nas cidades, sobretudo a partir da disseminação de uma sensação provocada por um medo intenso e do consequente fortalecimento do discurso de que só uma segurança extrema seria capaz de resolver os conflitos urbanos existentes, comumente associados às áreas periféricas e favelizadas e aos seus moradores, vistos como os principais responsáveis por aquilo que se entende como desordem urbana.

Tal pesquisa se justifica, primeiramente, por se tratar de um tema da atualidade, estudado por diversas áreas das ciências humanas, incluindo a Geografia. Sendo assim, destacam-se estudos de autores como Stephen Graham e Mike Davis, que propuseram formulações sobre o processo de militarização, sobretudo voltadas para às questões do norte global, e autores como Marcelo Lopes de Souza e Maurilio Botelho, que apresentam especificidades das metrópoles brasileiras, incluindo o caso do Rio de Janeiro, objeto de análise do trabalho. Dessa forma, a ideia é que se estabeleça um diálogo com as ideias desses autores, apresentando elementos para pensar o processo de militarização do espaço urbano na periferia do capitalismo.

Concordando com Souza (2008, p.142), percebe-se que o emprego das Forças Armadas, em especial a do exército, têm se tornado algo recorrente para dar fim à violência nas cidades. Dessa maneira, como objetivo específico do trabalho, busca-se discutir o papel da utilização desse grupo para a segurança urbana, assim como pensar a relação das Forças Armadas com o processo de militarização do espaço urbano. No mais, objetiva-se situar esse



emprego, cada vez mais contundente, junto à construção de uma cidade que seja vista como segura e organizada, apta ao recebimento de turistas e para à atração de investimentos.

O processo de militarização é caracterizado, em linhas gerais, pelo momento em que o controle social se dá de forma mais ampla, principalmente a partir da coerção direta e da utilização da violência. Neste sentido, passam a ser empreendidos distintos sistemas de vigilância e de seleção populacional. Por mais que existam outros registros na história, inclusive anteriores, a década de 90 pode ser vista como um marco da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro. Tal fato ocorre como uma consequência direta do aumento do desemprego, da marginalização social e da redução de direitos básicos, como o acesso à previdência, à educação e à saúde. Com a consolidação desse modelo que passa a compor o urbano, há uma presença cada vez mais manifesta das Forças Armadas em situações de segurança interna nas cidades, ocorrendo uma ampliação no entendimento do que são as guerras e de quem são os inimigos.

Um exemplo eloquente é a realização da ECO-92 na cidade, onde as Forças Armadas ocuparam militarmente o espaço, garantindo, em especial, a tranquilidade aos moradores das áreas abastadas (COIMBRA, 2001, p.142). Meses após a realização do evento, na VI Plenária do Empresariado do Rio de Janeiro, é aprovada a participação das Forças Armadas no combate à violência urbana, ficando à cargo da União, governo dos estados e município oficializarem tal fato.

Nos meses seguintes, com o intenso trabalho das mídias que denunciavam uma violência crescente no Rio de Janeiro, essas operações passam a ganhar mais força e a receber mais apoio popular. Como afirma Cecilia Coimbra (2001, p.144), principalmente nos anos de 1993 e 1994, o trabalho da mídia era expor a situação como algo caótico e insustentável, apresentando dados referentes aos sequestros e outros crimes violentos cometidos à época.²

Em função dessa onda de crimes e da sua intencional exposição, ocorre uma ampliação da sensação de medo por parte da população, assim como um aumento no clamor por segurança. Uma das consequências diretas desse movimento é a implementação da Operação Rio I, iniciada em outubro de 1994, a partir de uma parceria entre o governo estadual e federal. Com ela, as Forças Armadas passaram a atuar diretamente no controle das favelas e demais bairros populares da capital, que, devido a um estigma histórico, são socialmente entendidos como locais perigosos (COIMBRA, 2001, p.143). As primeiras

² Chacinas como as da Candelária (23 de julho de 1993) e Vigário Geral (28 de agosto de 1993), dentre outras que tiveram menos repercussão na mídia.



favelas que receberam operações estavam situadas na Zona Sul e Zona Norte e eram consideradas estratégicas por contemplar setores mais elitizados da sociedade.

A mídia, neste momento, discursava de forma favorável à intervenção, lembrando daquilo que ela entendia como os “momentos de paz” vividos no período da realização da Eco-92 (BARREIRA e BOTELHO, 2013, p.116). Durante a operação, a presença dos militares em favelas ou territórios da pobreza se tornou algo corriqueiro.³ Ainda, esse período ficou marcado pela instalação de variadas práticas que vislumbravam o controle do território e do cotidiano dos moradores, como, por exemplo, toques de recolher e a transformação de determinados locais da cidade em centros voltados para a realização de torturas.

Na segunda fase da Operação Rio, realizada em 1995, ficou acordado que o exército só participaria da chamada Operação Rubi, que consistia no patrulhamento de grandes vias e de rotas que pudessem ser utilizadas para fugas. Só em casos extremos seria aceito a intromissão das Forças Armadas realizando incursões em favelas e locais considerados suspeitos (BARREIRA, BOTELHO, 2013, p.119). Ao mesmo tempo em que a mídia denunciava a violência crescente na cidade e construía a imagem do inimigo que deveria ser combatido, a década de 1990 passa, de forma concomitante, a concentrar um aumento vertiginoso de pessoas assassinadas por intermédio da atuação de policiais civis ou militares nos centros urbanos. Esses casos, em sua maioria, eram registrados como sendo resistências à prisão (COIMBRA, 2001, pp.150 e 151), numa tentativa de camuflar a violência policial, prática muito utilizada durante o período ditatorial brasileiro, que deixou heranças significativas no que tange às referidas abordagens policiais violentas.

Da segunda fase da Operação Rio até o ano de 2004, ainda que tenham ocorrido outras operações envolvendo a atuação direta do exército, nenhuma assumiu contornos semelhantes ao da Operação Rio. No ano de 2004, o exército volta, de forma provisória, a patrulhar as ruas devido ao acontecimento da Cúpula do Grupo do Rio, que concentrou diversos chefes de Estado. Nos anos seguintes, destacam-se dois episódios: em 2006, o morro da Providência, durante 10 dias, ficou sob intervenção do exército, que foi mandado às ruas em busca de armamento na área; e, em 2008 ocorre uma ação que contou com a presença de diversos militares e resultou na prisão irregular de três moradores da Providência.

Também em 2008 começa a efetuação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) em favelas, com o objetivo de levar a paz para os moradores dessas regiões superando a lógica de guerra urbana presente no estado do Rio de Janeiro. Até

³ De acordo com Coimbra (2001, p.161), alguns exemplos de favelas ocupadas durante este período são: Morros do Dendê, Borel, Alemão, Adeus, Juramento, Pavão, Pavãozinho, Cavalão.



outubro de 2015, 38 favelas já recebiam uma unidade (PEREIRA, 2015, p.183), quase todas localizadas na Zonas Sul, Norte e área central da cidade, geograficamente próximas de vias importantes de grande circulação.

Sobre a lógica voltada para a instalação das UPPs, é importante destacar a situação da Baixada Fluminense, que concentra os maiores índices de violência depois da cidade do Rio de Janeiro, além de elevados índices de desemprego ou relativos às carências sociais. É só em 2014, ou seja, seis anos depois do início do projeto, que a primeira delas chega à região: a do Complexo da Mangueirinha, situada no município de Duque de Caxias. No entanto, quatro anos depois, quando ela ainda era a única unidade na Baixada, ela foi desativada em função de uma reestruturação do projeto em questão. Tal fato, junto a um quantitativo discrepante no que diz respeito ao emprego de policiamento nessas áreas se comparado a cidade do Rio de Janeiro, demonstram que o projeto tinha sua atenção direcionada às áreas que possuíam um apelo comercial maior, o que as transformavam, automaticamente, em áreas mais relevantes economicamente e mais compatíveis com esse modelo.

Em 2010, com a ocupação emblemática e altamente televisionada da Vila Cruzeiro, o objetivo era fornecer uma resposta ao crime organizado, além de estabelecer uma relação com a nova distribuição territorial que estava sendo desenhada na cidade a partir da instalação das UPPs em favelas. As cenas que mostram a “retomada do poder do Estado” nestas áreas circularam por muitos canais e em muitos países, se configurando como uma das maiores operações em favelas na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Barreira e Botelho (2013, p.125), o que foi presenciado e divulgado nas mídias se trata de um aprofundamento das práticas que tinham sido realizadas em anos anteriores no morro da Providência, tendo o registro de diferentes violações, excessos e até saques cometidos por parte dos policiais.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que são previstas na Lei Complementar nº 97/1999 em momentos em que ocorre o “esgotamento das forças tradicionais de segurança pública” culminando na perturbação da “ordem pública”, também são elementos significativos para discutir o processo de militarização. A partir das GLO, é dada a permissão para que os militares cumpram funções que geralmente são da polícia, até que a normalidade, ou aquilo que se é entendido como normalidade, seja reestabelecida (RODRIGUES; ARMSTRONG, 2019, p.11). De acordo com o Ministério da Defesa, entre os anos de 1992 e 2017, foram registradas 132 operações de Garantia de Lei e da Ordem no Brasil, que eram, majoritariamente, missões curtas (MD, 2017 *apud* RODRIGUES; ARMSTRONG, 2019, p.12). A título de exemplificação, como missões longas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, destaca-se a Operação Arcaño, realizada em 2010 e que teve vinte



e seis meses de duração ao todo; e a operação São Francisco, que aconteceu em 2014 e durou quinze meses.

Com os mencionados episódios que não são únicos, mas frutos de uma seleção para compor o presente artigo, pretende-se evidenciar um modelo que apresenta características que apontam para uma permanência, passando a se configurar como um elemento significativo para pensar a história do Rio de Janeiro, mas também o seu atual modo de gestão de território e da vida urbana. Como afirma Felipe Brito, quando o exército tomava às ruas, era uma evidência de que a normalidade e a ordem do país estavam sob abalo, hoje, há uma diferença nessa configuração fazendo com que essa aparição indique “um entrelaçamento crescente entre os regimes democráticos vigentes, em especial na periferia do sistema capitalista, e a acumulação da violência” (BRITO, 2013, p.80), ao mesmo tempo que evidencia uma intensificação do processo de militarização do espaço urbano.

A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE EMPRESARIAL

Tal como demonstrado, esse processo que possui características cada vez mais permanentes, fazendo uso, inclusive, da utilização das Forças Armadas em situações não-convencionais, pode ser pensado junto a uma necessidade de romper com a estigmatização de determinadas áreas e de afastar a ideia difundida de que o Rio de Janeiro seria uma metrópole violenta e instável.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as cidades passam por uma mudança de estrutura no que tange a forma de governança urbana estabelecida, levando a um “empreendedorismo urbano” motivado pelo avanço do neoliberalismo e do processo de globalização (HARVEY, 2001, p.163). Neste contexto, com a nova estrutura de mundo que implica no surgimento de novas escalas, a forma do capital financeiro de prover suas negociações também vai sofrer alterações, passando a ser estabelecidas por vias mais diretas de negociação, buscando, sobretudo, atrair e promover uma maximização das atividades voltadas para à atração do desenvolvimento capitalista. Com essas novas dinâmicas, surgem no cenário urbano novos produtores do espaço, como instituições financeiras, empreiteiras e até o Estado.

À vista disso, as cidades passam a competir entre si na busca da atração de recursos e fluxos financeiros para o espaço urbano, ao passo que a produção do espaço urbano se torna parte importante do processo de acumulação. Para além da atuação de empresas e afins, destaca-se o papel do Estado, que se torna o “fiador em última instância do sistema de crédito” (BOTELHO, 2014, p.88), impactando diretamente na estrutura urbana. Seguindo um modelo neoliberal de gerir as cidades, que fica ainda mais explicitado em países desiguais



como é caso do Brasil, há evidências que apontam para uma diminuição do Estado diante de aspectos sociais e um aumento em áreas voltadas para à segurança, como no policiamento e na justiça criminal (WACQUANT, 2007, *apud* VALENTE, 2017, p.9). O fortalecimento desses aparatos, historicamente, tende a ser direcionado para áreas empobrecidas e favelizadas.

A partir do modelo neoliberal, permeado pela mercadoria e pelos princípios da concorrência, a questão do controle tanto de determinados territórios vistos como problemáticos, quanto de determinados segmentos da sociedade que são estigmatizados, passa a ser uma extensão do referido modelo. Assim, há uma convergência entre uma governança empresarial, que parte de bases neoliberais, com o urbanismo militar, que nutre uma relação profunda com o processo de militarização.

Um momento específico da história do Rio de Janeiro que confirma essa relação refere-se à ocorrência dos Megaeventos na cidade. Com os olhos do mundo direcionados para a cidade do Rio, percebia-se o momento como uma grande oportunidade de atrair turistas que gerariam renda e mais tarde movimentariam a economia. Para realizar o objetivo e exportar com ênfase a ideia de uma cidade típica de cartão postal, além de ações voltadas para “embelezamento” de alguns pontos da cidade, foram empreendidas, também, ações que se associam ao controle territorial, havendo relatos de violações de direitos e de excessos cometidos.

Gradativamente, a cidade vai apresentando uma estrutura de empresa: o nexos central passa a ser a competitividade através do investimento de capital; da utilização de tecnologias cada vez mais modernas; além da competência de atrair indústrias, negócios, serviços e mão de obra qualificada (VAINER, 2002 *apud* VALENTE, 2017, p.12). Quanto ao Estado, cabe a responsabilidade de tornar o terreno propício para que essas relações possam acontecer.

Como afirma Valente (2017, p.17) o urbanismo militar, através da extensão do uso das técnicas e ideais militares para a urbe, se torna cada vez mais comum no cotidiano e na paisagem urbana. O ano de 2007, que data a realização dos Jogos do Pan-Americano na cidade, é um marco na dinâmica da cidade nesse sentido. O incremento de práticas neoliberais mais a busca principalmente por atração de capital externo, podem ser associados ao controle urbano através de um processo de militarização do espaço urbano.

O empreendedorismo urbano, que abre a cidade para investimentos do capitalismo global, além de buscar apoio na produção ou na ênfase de uma identidade local, busca implantar mecanismos de controle da sociabilidade dos indesejados das cidades – os pobres, marginalizados e excluídos (SARDINHA, 2017, p.151)



Convergindo com Valente, na citação acima, Sardinha apresenta a relação entre a militarização e o controle daqueles que são indesejados ao circuito urbano e que, conseqüentemente, acabam se tornando o principal alvo dessas políticas. Ainda sobre o empreendedorismo urbano, é possível dizer que ele deixou como “legado olímpico” espasmos de mobilização econômica. Sua aplicação não é produto de iniciativas bem-intencionadas que encontravam nos eventos uma chance para que as dinâmicas passassem por modificações: os prefeitos e governadores, ao apresentar a cidade como uma marca mundial, estavam cumprindo um papel de promotores locais de eventos internacionais que desejavam meios para justificar as instalações que seriam realizadas. Seguindo essa lógica, diversas estruturas foram montadas e destruídas de acordo com os interesses da época.

Assim, o Rio de Janeiro passa a ser transformado numa imagem de si mesmo, onde a cidade passa a representar um espaço urbano muito mais complexo, ao passo que os megaeventos se tornaram um exemplo importante da sociedade do espetáculo (MASCARENHAS, 2014, p.56). Ainda sobre a formação dessa imagem, é inegável que espaços mais abastados e que possuem uma estrutura mais sólida, como a Zona Sul, Barra da Tijuca e alguns pontos da Zona Norte, acabam sendo o carro-chefe deste modelo. No entanto, nota-se a realização de um outro movimento: algumas favelas, que sempre foram alijadas da cidade, a partir de um eixo culturalista que se integra à lógica mercantil, passam a fazer parte e até a compor os circuitos turísticos. Elas são abordadas como espaços “alternativos” e “festivos”, que se tornaram menos hostis a partir dos movimentos de pacificação do território nessas áreas. Também com esse viés, justificam-se as ações voltadas para o controle.

Com a ideia de que a cidade se torna uma imagem, uma série de ressignificações estéticas e urbanistas são colocadas em prática. É possível citar alguns exemplos: reforma no aeroporto internacional Tom Jobim; a expansão das linhas de metrô e a chegada dos ônibus expressos, denominados de BRTs. Para que ocorresse a instalação deles, aproximadamente 10 mil moradores de favelas que ficavam no trajeto onde passam esses ônibus, foram removidas. Outros casos notáveis referem-se à construção de um campo de golfe em uma área de preservação ambiental, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro; a criação das ações do “Choque de Ordem”, que buscavam acabar com a circulação de ambulantes e com a permanência de pessoas em situação de rua em alguns pontos ou demais irregularidades que poderiam manchar a imagem da cidade (PEREIRA, 2015, p.182). Constata-se, assim, uma administração baseada, mais uma vez, no controle e na seleção populacional.

É importante frisar que o interesse pela ocorrência dos megaeventos esportivos vai além da busca por uma projeção global, incluindo, também, um interesse do setor imobiliário



e das grandes empreiteiras. Dessa forma, a partir de 1990, cada evento tem uma rodada de consideráveis intervenções no espaço urbano, incidindo na valorização da terra e nas dinâmicas urbanas.

Com tantos elementos em jogo, a questão da militarização e a constituição de uma cidade considerada segura se tornam primordiais. Estabelecendo uma relação com a segurança pública, observa-se que as ações militares e policiais atendem a lógica da “importância econômica”. Nos lugares mais marginais, o controle territorial é repartido, entrando a atuação de diferentes atores, como o tráfico de drogas e as milícias. Ao atestar sua perda em relação ao domínio da violência, o Estado fica ainda mais violento no comando de ações direcionadas para essas áreas. Percebe-se, portanto, a estabilização de um ciclo que envolve, na teoria, o combate da violência a partir do uso de mais violência.

METODOLOGIA

A metodologia empreendida neste texto consiste na revisão bibliográfica do objeto do trabalho, militarização do espaço urbano, e de outros temas importantes para a construção das ideias aqui apresentadas. O estudo desses temas possibilita que haja um embasamento maior na análise da expansão do referido fenômeno, observando o Rio de Janeiro como o palco e trazendo possibilidades de discutir a utilização frequente da violência e do controle na metrópole do Rio de Janeiro.

Também buscando apresentar uma análise mais fundamentada do processo, serão utilizados dados disponíveis no Instituto de Segurança Pública (ISP), vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que, desde 1999, desenvolve pesquisas na área da Segurança Pública, e do Laboratório Fogo Cruzado, que é uma plataforma digital que promove estudos sobre a violência armada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Recife.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um ponto crucial é discutir a aproximação do processo de militarização do espaço urbano com a questão do trabalho. Como afirma Anselm Jappe (2013, p.27), a humanidade se torna descartável à medida que ela não é mais necessária para a reprodução econômica do capitalismo, passando a não ser interessante nem do ponto de vista da exploração do trabalho. Dessa forma, essas pessoas são preteridas do processo produtivo, mas também do espaço, seguindo um movimento de completa alienação.



Enquanto cidades de relativa igualdade, como as da Europa ocidental continental, tendem a oferecer uma sensação de segurança, sociedades altamente desiguais são, com frequência, marcadas pelo medo, por altos níveis de crime e violência e pela militarização cada vez mais intensa. O predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas (GRAHAM, 2016, p.52).

A militarização, portanto, passa a ser uma forma de mediar os conflitos urbanos que se tornam mais intensos em decorrência das inúmeras crises do sistema capitalista e que apontam para uma banalização do espaço. Em uma sociedade onde o objetivo é sempre a aquisição de mais dinheiro e onde a vida cotidiana é atravessada pela mercadoria, a presente alienação é reforçada: quanto mais a vida do homem se transforma em mercadoria, mais ele vai estar separado dela e alienado da sociedade.

O autor, então, remonta ao papel do Estado nos últimos tempos, que se limita a administração de urgências. Para ele, com o aprofundamento das crises na contemporaneidade, junto ao aumento do desemprego e da consequente precarização, seria lógico observar segmentos da “vida social abandonados à arte de sobreviver ao dia a dia” (JAPPE, 2013, p.54). Por trás das crises financeiras e de suas consequências, há a regulação do Estado, tendendo a utilizar, de forma cada vez mais frequente a violência.

Tendo consciência de que o Rio de Janeiro tem a presença de distintos grupos que controlam partes do território e fazem o uso da violência de forma concreta, o presente trabalho busca pensar especificamente a atuação do Estado e da violência utilizada por ele, através de vias oficiais, já que a violência sempre esteve presente no seu núcleo: embora as ações tenham sido modificadas com o passar do tempo, a violência sempre esteve vigente, assim como sempre coube ao Estado, o papel de administrar a morte.

No gráfico abaixo, esquematizando dados retirados do Fogo Cruzado, demonstra-se, a partir dos índices tiroteios; presença de agentes; mortos; feridos; agentes mortos e agentes feridos, o quanto a dinâmica do estado é atravessada por uma lógica violenta. Quando não há aumento nos números, há uma estabilização elevada deles. Destaca-se o ano de 2018, que foi o ano da intervenção federal no Rio de Janeiro, onde, mais uma vez, se teve a presença de forças militares no contexto urbano, e que, excetuando os agentes mortos e agentes feridos, apresentou um aumento em todas as outras taxas. Os anos de 2020 e de 2021 que, em um primeiro momento, podem chamar atenção pelos números discrepantes em relação aos outros apresentados, correspondem a outro ponto importante. Em 2020, quando iniciou a pandemia de covid-19, ocorreu uma liminar do STF que impedia a atuação de forças policiais em áreas



favelizadas, o que acabou contribuindo significativamente para que ocorresse uma queda no quadro geral durante alguns meses do ano. Em relação aos dados de 2021, eles naturalmente são inferiores por contemplarem até o mês de agosto.

Gráfico 1 – Dados sobre a violência urbana no Rio de Janeiro (2017 – 2021).



Dados: Laboratório Fogo Cruzado, 2021.

Já o segundo gráfico apresentado refere-se aos dados extraídos do Instituto de Segurança Pública. Nesse é demonstrado durante os mesmos anos de investigação, o número de mortes em decorrência da atuação ou intervenção por agentes do Estado. A análise desses dados evidencia uma linha de crescimento que se rompe, justamente, no ano que é decretada a pandemia. Outro elemento que chama atenção nesse gráfico é que, diferente do primeiro, quando se percebia uma queda em alguns dados ao promover uma comparação entre os anos 2018 e 2019, o seu ápice se dá no ano de 2019, no pós-intervenção federal, o que contribui para a elucidação do argumento de que, mesmo em situações em que não há uma “perturbação extrema na ordem”, há a reprodução de uma lógica violenta.



Gráfico 2 – Mortes por intervenção de agente do Estado (2017- 2021).



Dados: Instituto de Segurança Pública, 2021.

Anteriormente foi abordado o fato de que a militarização, ao longo da história, se efetiva socialmente a partir do temor relacionado à violência urbana e da sensação de medo gerada por ela. Quanto a isso, é possível estabelecer uma relação novamente com os escritos do Jappe, ao dizer que o Estado além de ser temido, busca ser amado. E em tempos de crise, não há mais nada a ser ofertado por ele a não ser a proteção. Neste aspecto, o discurso da segurança pública chama atenção e acaba sendo responsável por atrair a confiança das pessoas: “O Estado pode privar-se de todas as suas funções, com a exceção da manutenção da ordem (JAPPE, 2013, p. 21).

Em resumo, estabelece-se uma relação entre o Estado democrático e o totalitário, evidenciando que o primeiro, hoje, tem muito mais oferta e disponibilidade para promover a repressão e o controle. Dessa forma, percebe-se que a violência faz parte do Estado democrático, e, tirando pelo caso do Rio de Janeiro, é possível dizer que ela faz parte do *modus operandi* da administração da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pretendeu-se discutir sobre o processo de militarização do espaço urbano, tendo como fundamentação teórica principal autores da Geografia que discutem o tema, mas também institutos de pesquisa que fornecem dados sobre o cotidiano violento do estado. Para



além disso, buscou-se discutir sobre o papel específico das Forças Armadas junto a esse processo que, como demonstrado, se torna cada vez mais presente nas atividades da metrópole. Quanto ao caso do Rio de Janeiro, através de um breve retrospecto histórico, demonstrou-se como esse emprego tem se repetido ao longo dos anos, fazendo com que ocorra mudanças nas noções relativas à segurança pública e do entendimento comum sobre o que são as guerras.

No mais, como uma segunda hipótese, objetivou-se apresentar uma discussão acerca da intenção de construir uma cidade empresarial, aberta à investimentos e ao fluxo de pessoas. Para que o plano fosse cumprido, seria necessário pensar na imagem da cidade e resgatar as "suas maravilhas". Neste contexto, a aplicação do controle expresso de territórios considerados perigosos, a partir do modelo militarizado de cidade, se torna algo essencial, e mais uma vez a aplicação da violência passa a ser assentida.

Mascarenhas destaca que o planejamento passa por uma modificação substancial, se tornando um "planejamento estratégico" que segue a ideologia neoliberal subordinada e à serviço dos interesses capitalistas. Nesse sentido, os Megaeventos podem ser vistos como responsáveis por acirrar a concentração do capital (2014, p.57), além de fortalecer uma política de segurança pública que é pautada no controle e no aumento da violência, embora esse modelo já estivesse em vigor nos anos anteriores, assim como continua na atualidade. Sem ter a aspiração de dar esse debate como encerrado, pretendeu-se mostrar com o texto que a lógica da violência não só está presente como se constitui, de forma cada vez mais permanente, enquanto um elemento de regulação dos conflitos urbanos. E o Rio de Janeiro, por sua vez, torna esse movimento cada vez mais perceptível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Felipe. **Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social/ organizadores Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira.** – São Paulo: Boitempo, 2013.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Teoria da Crise em David Harvey: observações sobre o Limite do Capital**, [S.l.], n. 4, p. 66-111, jan. 2014. ISSN 2317-8825.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas; um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016.



HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2018.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte. A decomposição do capitalismo e de suas críticas.** São Paulo: Hedra, 2013.

_____. **Violência, mas para quê?** In: Crédito à morte. A decomposição do capitalismo e de suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos.** Caderno Virtual de Turismo. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

PEREIRA, Pedro Barreto. **Mídia, UPPs e megaeventos: estratégias discursivas de legitimação de uma política de segurança pública.** Comun. & Inf., Goiânia, GO, v. 18, n. 02, p. 180-197, jul./dez. 2015 Caderno Casadinho Procad UFG-UFRJ.

RODRIGUES, Rute Imanishi; ARMSTRONG; Karolina. **A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil.** IPEA – Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2019.

SARDINHA, Thiago Santos. **O Capital Financeiro na Produção do Espaço Urbano e a Questão da Segurança Pública: O Caso do Porto Maravilha, Rio De Janeiro.** Revista Continentes (UFRRJ), ano 6, n. 10, 2017.

VALENTE, Júlia Leite. **O Rio de Janeiro no Urbanismo Militar e Empresarial.** Revista Continentes (UFRRJ), ano 6, n. 10,